

Felipe Camarão, um cavaleiro potiguar a serviço del Rei: Memória, história e identidade nas guerras pernambucasas, século XVII.

IGOR PEREIRA FAGUNDES*

A proposta do trabalho versa sobre a análise do personagem indígena Felipe Camarão. À guisa de compreensão, pretendemos destacar a história de Camarão, enfatizando a sua família e procurando demonstrar a participação da esposa e do primo e de outros parentes nestas guerras. É de interesse neste trabalho observar também como a identidade deste indígena se mesclou com a dos colonizadores e o papel estratégico que este desempenhara para manter uma parte dos índios potiguares ao lado da causa portuguesa. Na última parte, será trabalhada a forma pela qual a figura do Felipe Camarão foi apropriada pelo imaginário da restauração, no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX. E por fim, uma análise dos livros didáticos mais recentes, percebendo a relação de Felipe Camarão e o ensino de história, para constatar se este fora esquecido pelos manuais de história.

Palavras-chave: Brasil holandês – Felipe Camarão – índios – ensino de história.

Felipe Camarão - A Potiguar knight in the service of the King: Memory, history and identity in Pernambuco wars, seventeenth century.

The proposed work deals with analysis of indigenous character Felipe Camarão. In order to clarified, we intend to highlight the history of Camarão, emphasizing his family and trying to demonstrate the involvement of his wife and cousin and other relatives in these wars. It is of interest in this work, also note, as the identity of the indigenous mixed with that of the colonizers and the strategic role it played to keep a part of the local Indians supporting the Portuguese cause. In the last section will be worked the way the figure of Felipe Camarão was appropriated by the imaginary of the Restoration, during the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries. Finally, an analysis of the most recent textbooks, realizing the relationship between Felipe Camarão and the teaching of history, to see if this had been forgotten by the history books.

Keywords: Dutch Brazil - Felipe Camarão - indians - History teaching.

* Pós-graduando em História do Brasil na Universidade Cândido Mendes/IUPERJ, sob orientação da professora Letícia dos Santos Ferreira.

O personagem indígena Felipe Camarão desempenhou um papel importante nas guerras pernambucanas do Brasil colonial no século XVII, tanto nas guerras de resistência quanto na Restauração, sendo por isso apropriado pela memória da restauração pernambucana e enaltecido pela historiografia do século XIX.

Uma discussão importante que norteou a figura de Felipe Camarão foi a sua naturalidade. Gonsalves de Mello em *Restauradores Pernambucanos*¹ indica que tal assunto gerou muita polêmica. Os historiadores divergiam em relação ao seu local de nascimento. Enquanto para alguns Felipe Camarão teria sido natural do Rio Grande do Norte, outros diziam que o índio nascera em Pernambuco. A polêmica era tão grande que foram escritos vários artigos acerca da naturalidade de Felipe Camarão na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Essa discussão foi superada através da divulgação do processo do padre Manuel de Moraes, do qual Felipe Camarão participara dando seu depoimento. É importante analisarmos algumas passagens do tal depoimento, para comprovarmos a naturalidade e a data de nascimento do índio potiguar.

Na ocasião do depoimento, datado em 23 de maio de 1647, Felipe Camarão jurava ter 46 anos de idade, além de dizer que conhecia o padre Manuel de Moraes, aproximadamente, há 18 anos, quando este era superior da Companhia de Jesus e ensinava a doutrina cristã na aldeia de Meretibi, no estado de Pernambuco, local onde Camarão residia. Neste processo, não há como precisarmos o local exato do nascimento de Felipe Camarão.

Sua provável origem, como indica Gonsalves de Mello, pôde ser revelada através do cronista Jan de Laet². O relato do padre Manuel de Moraes sobre as aldeias indígenas, transcrito por Jan de Laet, indica que Felipe Camarão seria natural de São Miguel, aldeia de potiguares localizada nas proximidades de Olinda, onde os jesuítas tinham um colégio.

O cronista Diogo Lopes de Santiago também aponta que Felipe Camarão era natural de Pernambuco e comprova tal argumento por meio do fragmento abaixo:

Também João Fernandes Vieira escreveu com um próprio de terra a D. Antônio Felipe Camarão, que estava alojado em Sergipe de El-Rei como todos os seus índios, pois havia nascido na província de Pernambuco³.

Pertencente ao grupo dos potiguares, Felipe Camarão residiu em uma missão jesuíta, onde foi doutrinado de acordo com a fé católica e onde pôde aprender português e algumas noções de latim. Ao que tudo indica, Felipe Camarão surpreendia a muitos por falar com desenvoltura, mostrar boas maneiras e por ser muito religioso.

Camarão é um exemplo clássico de um índio aldeado, sendo esta uma referência ao livro *Metamorfoses indígenas*, da autora Maria Regina Celestino de Almeida⁴. Trata-se de um índio integrado à colonização, não se diluindo nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da Colônia. Este índio era súdito do rei e essa posição lhe possibilitava solicitar mercês, sendo conse-

1 J. A. Gonsalves de Mello. *Restauradores de Pernambuco: biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

2 *Idem*. p. 13.

3 Diogo Lopes Santiago. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*. Recife: Fundarpe, 1984. p. 184.

4 Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

quentemente a mais valorizada pelos índios aldeados no mundo colonial, o que demonstra reconhecimento e apropriação dos valores do novo mundo onde atuavam⁵.

Dessa forma, o fato de Felipe Camarão ter recebido largas mercês evidencia a autoestima e consciência do valor de seu papel para os interesses da Coroa portuguesa. Além do mais, os portugueses, ao terem notícia da política de aliança entre potiguares e holandeses, se empenharam em manter a amizade com aqueles que habitavam as missões jesuítas e que se encontravam sob seu controle, como indica a passagem seguinte:

[...] conservar os Índios dessa capitania obedientes e quietos, e que para o fazer use o meio mandar que se lhe dêem algumas mercadorias, como panno de linho, pentes, facas, thesouras, espelhos e velorios e outras cousas semelhantes com que se obriguem a assistir na guerra⁶.

Outro episódio interessante é aquele em que o padre Manuel de Moraes, em depoimento ao Santo Ofício, declara que “Em casa do Capitão mor dos índios, há quatro ou cinco peças de negros”⁷. Essa revelação nos mostra a integração do índio potiguar à colonização, além da apropriação dos códigos lusitanos. No entanto, não podemos encarar essas integração e apropriação a partir de uma perspectiva meramente assimilacionista, que só observa o indígena como aculturado.

Este artigo analisa as relações de contato interétnico, através de uma perspectiva interdisciplinar, aproximando a história da antropologia. Portanto, ao observar as aldeias indígenas na Colônia, estas podem ser vistas como espaço de interação entre grupos sociais étnicos diversos, nos quais os índios aprendiam novas práticas culturais e políticas por eles reelaboradas a partir de seus próprios valores e tradições e de acordo com as necessidades que se lhes apresentavam.

Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, uma característica interessante na figura de Felipe Camarão é a sua religiosidade. Na crônica *O Valeroso Lucideno e Triunfo da liberdade*, frei Manoel Calado mostra os aspectos religiosos do índio potiguar, citando uma passagem em que Felipe Camarão tira um relicário do peito e começa a rezar⁸, revelando o catolicismo do indígena.

Como foi dito, o potiguar era conhecido por ser fiel aos preceitos da doutrina católica. O fragmento abaixo, extraído da crônica de Diogo Lopes⁹, ilustra a apropriação dos códigos lusitanos, por conseguinte, da própria história colonial, na medida em que o índio potiguar se incluiu nela, colocando-se ao lado dos vencedores e proclamando igualmente suas glórias e feitos históricos, reconstruindo junto sua identidade, sua história e memória.

Tornando ao Camarão e mais capitães, festejaram grandemente a vitória deram graças a deus, que foi o autor dela; principalmente este índião Camarão rendeu infinitas graças àquele poder divino, de que tudo depende, porque foi homem temente a Deus e bom cristão; e antes de entrar na batalha fez uma devota oração, tirando um relicário que sempre

5 *Idem*, p. 259.

6 Gonsalves de Mello. *Op. cit.*, p. 19.

7 Processo de Manoel de Moraes'. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n. 70. Rio de Janeiro, 1908. p. 1-165.

8 Manoel Calado. *O valeroso Lucideno e Triunfo da liberdade*. 4a ed. Recife: Fundarpe, 1985, 2 v. (Coleção Pernambuco - 2a fase, 13).

9 *Idem*, p. 202.

10 Santiago. *Op. cit.*

consigo trazia, o qual de uma parte tinha esmaltada a imagem de Cristo, e da outra a da Virgem Maria, Nossa Senhora, das quais ele era muito devoto, e depois de beijar estas santas imagens com muita devoção, fez uma prática a seus soldados com tão eficazes palavras, que mais pareciam de um cortesão político, do que um índio criado no sertão do Brasil¹¹.

Em 1648, o índio potiguar, acometido de febre maligna, faleceria em Arraial Novo, Pernambuco. O cronista Diogo Lopes exalta a participação do índio potiguar nas guerras holandesas e a sua fidelidade à nação portuguesa. O cronista valoriza a postura de Felipe Camarão para com os portugueses e enfatiza a sua religiosidade. Por fim, ele descreve o funeral, mostrando que Camarão fora enterrado de acordo com a doutrina cristã, além de ter sido muito honrado e respeitado:

Por este tempo morreu o governador dos índios, D. Antonio Felipe Camarão, tão afamado e nomeado nestas campanhas por seus ilustres feitos, deixando a todos geralmente sentimentos de sua morte, sabendo a falta que fazia, sendo este índio tão fidelíssimo à nação portuguesa, acompanhando sempre os portugueses, e pelejando com eles juntamente em tantas quantas ocasiões temos referido nesta história, desde o tempo do arraial velho de Fernão Mirim e governo de Matias de Albuquerque, sendo bastante experimentado soldado e grande ardiloso na guerra, e muito bom cristão e virtuoso[...].

Foi enterrado com muita honra e pompa funeral na igreja do arraial, deixando seus soldados índios mui pesarosos de sua morte[...]; e é para notar que a última ocasião que este se apresentou em vida, foi à batalha dos Guararapes primeira, e daí a cousa de um mês se lhe seguiu a morte de doença; porque homem tão animoso à última pendência da vida, que foi tão famosa, fosse a que fechasse a mesma vida a suas proezas¹².

D. Antônio Felipe Camarão foi casado com Clara Camarão e consta-se que deixaram um filho, que foi recolhido pelo governador de Pernambuco Francisco de Brito Freire (1661-64) “para o doutrinar, e ter com o tratamento que se deve ao muito que o seo Pai soube merecer em serviço da Coroa de Portugal”¹³. Infelizmente, as fontes não informam o nome desta criança e muito menos o desenrolar de sua vida.

Felipe Camarão pertenceu a um grupo de lideranças indígenas, que foram tratadas de uma forma especial, com muito respeito e valor. Recorrendo a outros nomes, lembramos do famoso índio Araribóia, que também fora bastante valorizado, chegando a favorecer seus descendentes, nos séculos XVII e XVIII, já que os mesmos ainda usufruíram do prestígio do chefe guerreiro Temiminó e ainda faziam questão de assinalar a nobre ascendência quando se dirigiam ao rei em seus requerimentos¹⁴.

A exemplificação acima nos fornece um suporte para entender o fato do filho de Felipe Camarão ter sido bem cuidado pelo governador de Pernambuco. Em consequência do prestígio

11 *Idem*. p. 484.

12 *Idem*. p.653.

13 Gonsalves de Mello. *Op. cit.*, p. 49.

14 Almeida. *Op. cit.*, p. 260.

do pai nas guerras holandesas, a prole conseguiu auxílio de uma pessoa ilustre da capitania de Pernambuco.

A família de Felipe Camarão

A família de Felipe Camarão teve participação nas guerras holandesas, alguns recebendo, inclusive, como o próprio Camarão, mercês de ordens militares, indicando o reconhecimento destes nas guerras. O objetivo desta análise é reconstruir, em linhas gerais, a trajetória dos familiares do índio potiguar nas guerras luso-flamengas.

A figura de Clara Camarão não poderia ser esquecida, apesar das fontes pesquisadas terem sido pouco reveladoras sobre a sua participação. Segundo alguns verbetes e livros¹⁵, esta índia nasceu no Rio Grande do Norte, mas viveu na capitania de Pernambuco. Índia Potiguar e batizada ao cristianismo, decerto recebeu o nome “Clara” no momento do sacramento. Já o sobrenome se deve ao seu casamento com o chefe da tribo Poti, catequizado como Antônio, adotando Clara, a partir disso, o sobrenome Camarão – tradução exata do nome Poti.

Diogo Lopes de Santiago¹⁶ cita a participação de Clara Camarão nas guerras holandesas. É interessante percebemos que o cronista utiliza o prenome de tratamento “Dona”, estendendo a mercê do marido à esposa, como podemos comprovar nesta passagem:

Partiu, pois, Camarão, e não somente levou a todos os índios de sua esquadra, senão que também levou em um cavalo, como uma lança na mão, a sua mulher, D. Clara¹⁷.

De acordo com Gonsalves de Mello, não podemos concluir, baseando-nos nesta informação, que a índia potiguar tenha de fato lutado nas guerras holandesas. Entretanto, não podemos ignorar a hipótese de ter delas participado. Decerto é que houve participação de mulheres¹⁸ nas guerras luso-flamengas: basta lembrarmos das heroínas de Tejucupapo, fato que até hoje faz parte do imaginário da população deste distrito de Goiana, em Pernambuco.

É importante atentarmos para o fato de que Clara Camarão fora citada de forma bastante superficial nas crônicas de Diogo Lopes e de Manoel Calado. No entanto, no século XVIII, Domingos Loreto Couto¹⁹ acabaria por valorizar por demais a suposta atuação de Clara Camarão nas guerras luso-flamengas. Essa valorização proposta pelo cronista é no mínimo curiosa, afinal as menções acerca da participação de Clara Camarão nas crônicas são praticamente nulas (decerto é que não podemos descartar tal participação, sendo importante assunto de uma futura investigação histórica):

Na Guerra da restauração de Pernambuco obteve D. Clara, mulher do Governador dos Índios D. Antonio Felipe Camarão o seu insigne valor com os mais ilustres reais; porque armada de espada, e broquel, e montada em hum cavalo, foi vista

15 Schuma Schumacher & Erico Vital Brazil. *Dicionário das mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; Carolina Ribeiro de Oliveira. *Biografias de personalidades célebres*. São Paulo: Editora do Mestre, 1964; Inês Sabino. *Dicionário de mulheres ilustres do Brasil*. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1899.

16 Santiago. *Op. cit.*

17 *Idem*. p. 118.

18 Domingos do Loreto Couto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Ed.Fac-similada. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 524.

19 *Idem*.

nos conflitos mais arriscados ao lado de seu marido com admiração do holandês, e aplauso dos nossos, obrar gentilezas, que deixarão escurecidas a memória de Zenobia Rainha dos Palmiranos; de Camilla Raynha dos Volceos; e de Semiramis Rainha de Babilônia. A sua memória será eterna no templo da Fama, para que em todo tempo seja celebrado seu nome, com os elogios, que soube merecer seu varonil esforço²⁰.

Outros membros da família Camarão também foram citados nas crônicas das guerras lusoflamengas. Alguns tiveram até participação efetiva nas batalhas, como é o caso do Diogo Pinheiro Camarão, primo do capitão-mor dos índios.

Ocupando outrora o cargo de sargento-mor e já possuindo o hábito de Santiago, Diogo era conhecido como D. Diogo Pinheiro Camarão. Com a morte de Felipe Camarão, Diogo passou a ocupar o cargo de governador-geral de todos os índios. O cronista Diogo Lopes de Santiago sente a morte de Felipe, mas valoriza seu primo: “soldado não menos valoroso e animoso que ele”²¹, já que este desempenhara papel importante nas guerras holandesas.

É interessante notarmos que o mesmo também teve valor reconhecido e exaltado (ainda que com menos intensidade que o primo célebre) por Domingos Loreto Couto, como revela o fragmento abaixo:

Foy este grande capitão para seus soldados, exemplo, e para os inimigos assombro. As suas acçoens lhe negociarão créditos de valeroso, e prudente, e o fizeram merecedor de encher balmente aquelle lugar que fora occupado por hum varão tão ilustre²².

Um outro familiar interessante de ser aqui elencado é o tio de Antônio Felipe Camarão, Simão Soares, conhecido entre os índios de sua nação de Jaguarari. No episódio da Baía da Traição, em 1625, os holandeses cooptaram alguns índios. Dentre estes estavam a mulher e o filho de Simão Soares. De acordo com a crônica *Memórias diárias da Guerra do Brasil*²³, Jaguarari teria passado para o lado dos holandeses na tentativa de ajudar a esposa e o filho. No entanto, os holandeses deixaram todos os três em terra, levando somente alguns índios para a Holanda.

Apesar de não ter ido para a Holanda, Simão Soares foi preso e “em 1633 jazia em ferros”²⁴. Após jurar fidelidade à Coroa portuguesa, foi solto e passou a acompanhar Felipe Camarão nas batalhas. Com bom desempenho nestas batalhas, recebeu mercês, como indica a passagem: “Sua Majestade lhe fez mercê de 750 reais de soldo, com cláusula de que por sua morte passariam à sua mulher e filho”²⁵.

A referência ao índio Jaguarari também é encontrada no capítulo de memórias de varões ilustres, do livro *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Domingos Loreto Couto retrata o índio como fidalgo da casa real e cavaleiro na ordem de Cristo, e por fim, revela que “tendo procedido em todas as occasioens com grande esplendor do seu nome, alcançou da majestade despachos e mercês conformes ao seu grande merecimento”²⁶.

20 *Idem*. p. 524.

21 *Idem*. p. 653.

22 *Idem*. p. 451.

23 Duarte de Albuquerque Coelho. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Recife: Fundação da Cultura da Cidade de Recife, 1982 (Coleção Recife, 12).

24 *Idem*. p. 77.

25 *Idem*. p. 177.

26 Couto. *Op. cit.*, p. 452.

Até aqui relatamos os familiares que lutaram ao lado de Felipe Camarão. Dentre estes, o caso mais interessante (e que se diferencia dos anteriormente citados) é o do guerreiro potiguar, Pedro Poti. Este seguiu o caminho oposto de Camarão: converteu-se ao calvinismo e lutou ao lado dos holandeses. As tentativas de atrair Pedro Poti para a causa portuguesa foram inúmeras, como demonstram as cartas de Diogo e Felipe Camarão para o índio em questão. Entretanto, Poti demonstrou-se irredutível, mantendo-se fiel aos holandeses até a sua morte. Como os outros familiares de Camarão, Pedro Poti também fora respeitado pelos que lutavam pela causa holandesa, sendo eleito governador dos índios da Paraíba.

O guerreiro potiguar aliado dos holandeses teria, porém, um fim trágico: aprisionado na segunda batalha dos Guararapes em 1649, foi posto a ferros pelos portugueses numa enxovia localizada no cabo de Santo Agostinho, onde permaneceu meses a pão e água. Consta que retirado de vez em quando, padres se atiravam sobre ele, tentando obrigá-lo a abjurar a religião protestante²⁷. Poti, entretanto, resistiu bravamente na fé protestante, sendo embarcado para Portugal em 1652, para as câmaras de tortura do Santo Ofício. Poti não conseguiu, no entanto, completar sua viagem: a morte o atalhou.

Por fim, podemos perceber que os familiares de Camarão tiveram participação ativa nas guerras luso-flamengas. Em sentido análogo a este, vimos que a aliança com os índios potiguares era fundamental no Brasil do século XVII, uma sociedade ainda escassamente povoada e, portanto, com poucos homens disponíveis para lutar.

Felipe Camarão no imaginário da Restauração

A cultura histórica do nativismo do “tempo dos flamengos” está baseada nas crônicas luso-brasileiras que haviam versado sobre as guerras holandesas. Dentre essas crônicas, podemos citar: *O valeroso Lucideno* (1648), de frei Manoel Calado, *As memórias diárias da guerra do Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque, *O Castrioto Lusitano* (1679), de frei Rafael de Jesus. Além destas, há a crônica de Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, ainda que só publicada a partir de 1875. Entretanto, não podemos descartar a hipótese de que esta tenha circulado manuscrita em Pernambuco, como revela Evaldo Cabral de Mello, em *Rubro veio*²⁸.

Foi, por conseguinte, a partir destas obras, que a memória pernambucana enalteceu determinados heróis e acontecimentos, em detrimento de outros. Todavia, não podemos nos esquecer dos anos que sucederam à restauração pernambucana, por ser o contexto histórico um elemento fundamental para a formação do imaginário desta.

Evaldo Cabral de Mello indica que o primeiro discurso nativista imaginara a restauração pernambucana no âmbito da restauração portuguesa (1640), como o desdobramento histórico da reconquista da independência lusitana frente aos castelhanos. Mello exemplifica mostrando que os cronistas Calado e Santiago iniciaram suas obras citando a restauração portuguesa e logo depois a teriam comparado com a pernambucana, evidenciando tal desdobramento.

Como podemos constatar, de início, o discurso nativista teria imprimido um tom amistoso em relação à metrópole. Contudo, a partir de 1710-11, com o conflito entre a “nobreza de terra” de Olinda e os “mascates” de Recife este discurso se modificaria. Com o desenrolar do conflito, esta

27 Frans Leonard Schalkwijk. ‘Índios evangélicos no Brasil holandês’. In: Marcos Galindo (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2007.

28 Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 71.

nobreza passou a caracterizar a Restauração como fenômeno devido à custa do “nosso sangue, vidas e fazendas” como retrata Evaldo Cabral de Mello.

O discurso crítico à metrópole acentuou-se com o movimento de 1817, em Pernambuco. Esse aspecto é revelador, já que nos momentos de grandes tensões, o discurso nativista mostrou-se bastante crítico à Coroa, diferentemente do que ocorreu nas épocas de tranquilidade, quando a aristocracia açucareira demonstrava fidelidade ao rei.

A revolução de 1817 foi, como se vê, um momento importante para a formação de uma ideologia nativista. Além do mais, este movimento exaltou a participação de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, indicando a apropriação destes pelo imaginário pernambucano, como podemos comprovar: “Eia, filhos da pátria (proclamava o Governo Provisório), herdeiros naturais da bravura e da glória dos Vieiras e Vidais, dos Dias e Camarões, vinde sem perda de tempo alistar-vos debaixo das bandeiras da nossa liberdade”²⁹.

Recorrendo mais uma vez a Evaldo Cabral de Mello³⁰, podemos observar que a Restauração foi alcançada à custa do sangue, vidas e fazendas da gente da terra, através de uma aliança dos grupos étnicos que compunham a população local, não evidentemente em pé de igualdade, mas sob a direção da “nobreza da terra” e dos reinóis radicados em Pernambuco. Esta noção já fora consagrada pelo imaginário nativista no começo do século XVIII, mediante o simbolismo de uma tetrarquia de heróis a quem se devia o culto cívico tributado aos verdadeiros “pais da pátria”³¹.

Diante do exposto, devemos abordar de que modo Felipe Camarão foi apropriado pela memória da Restauração, buscando algumas obras importantes acerca do Brasil holandês. A obra do cronista Domingos Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, publicada já no período pombalino, é uma grande fonte para percebermos tal apropriação no século XVIII.

Loreto Couto³² dedicou um capítulo inteiro de sua obra a Felipe Camarão, de modo que o índio potiguar fora bastante exaltado e reconhecido pelo que fez nas guerras holandesas. O cronista enfatizou alguns aspectos de Camarão. Dentre estes, podemos citar o valor, a bravura e a fidelidade. O fragmento abaixo nos permite perceber tais virtudes:

Seu nome como memorial de suas proezas, se ouvia entre os nossos com respeito, e entre os inimigos com espanto, e dilatou-o de sorte a fama, que chegou aos ouvidos do seu rey tão distante, quanto o apartavão os dilatados mares, que dividem a América da Europa. Sem petição de sua parte o despachou com hábito de Cristo, título de dom, e posto de governador geral de todos os índios da América, limitado para seus grandes merecimentos³³.

Apesar de monumentalizar Felipe Camarão, Domingos Loreto Couto não escondeu o juízo de valor que nutria em face dos índios, colocando-os como inferiores em comparação com os lusobrasileiros. Diante disso, o cronista coloca Felipe Camarão em uma posição de destaque, justificando assim seu reconhecimento. Eis a passagem: “Nasceo índio, porem nobre entre os índios [...] No tempo de Matias de Albuquerque era já respeitado entre os seus por Maioral”³⁴.

O século XIX é marcado pela produção dos vultos nacionais. No Brasil, a tarefa de reencenar

29 *Idem*. p. 195-196.

30 Cabral de Mello. *Op. cit.*

31 *Idem*. p. 195.

32 Couto. *Op. cit.*

33 *Idem*. p. 342.

34 *Idem*. p. 342.

e homenagear os grandes mortos cabe principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas do Império. Encarregado de auxiliar o governo imperial na definição de um projeto nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) recebeu a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas³⁵. Essa preocupação biográfica esteve presente já no segundo número da Revista do IHGB, que continha uma rubrica intitulada “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes”.

As escolhas biográficas dos historiadores brasileiros conservaram do grande homem das Luzes o seu caráter coletivo. Os “brasileiros ilustres” são salvos do esquecimento sob a forma de dicionários. A seção da *Revista do IHGB* dedicada aos “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes” não fugiu à regra. Entre 1839 e 1888, 118 personagens foram aí destacados. Embora a seção por vezes tenha desaparecido da revista, como entre 1852 e 1856, isso não impediu que fossem publicados artigos biográficos ou necrológios minuciosos³⁶.

A importância da guerra contra os holandeses na historiografia brasileira do século XIX foi sublinhada por muitos autores contemporâneos. Nesse episódio, com efeito, convergem todos os ingredientes do romance nacional que se tenta escrever. Contra o “invasor” estrangeiro, o sentimento comum da pátria mobiliza as “três raças”, e as incita ao heroísmo. Essa moral é resumida pela primeira batalha dos Guararapes, em que se distinguiram as figuras de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias.

Com a força do indianismo no século XIX, além dos estudos acerca do período holandês, Felipe Camarão saiu extremamente engrandecido. A memória do índio potiguar recebeu várias homenagens da *Revista do IHGB* e numerosas notícias biográficas, assim como sua mulher, Clara Camarão e seu sobrinho Diogo Camarão. O chefe potiguar foi uma unanimidade. Os autores indianistas veem nele a confirmação de suas convicções. Até os autores hostis ao culto da herança ameríndia, como Varnhagen, percebem nele a prova de que o bárbaro é corrigível, como indicamos na passagem abaixo:

Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim, deve abismar-nos a magia da educação que ministrada, embora a força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, que pode conseguir um cidadão útil a si e à Pátria³⁷.

O historiador Francisco Varnhagen foi o maior expoente da historiografia oitocentista. Sua obra é marcada pelo histórico que fez da colonização portuguesa, exaltando a postura do poder metropolitano, tendo mais sensibilidade e receptividade para o colonizador que para com o colonizado, como se evidencia na condenação de todos os protestos ou rebeldias: não fica a favor do índio que não se submete às tentativas de subjugação, nem do negro que foge, une-se aos seus e faz quilombos; tem palavras acres para toda desobediência às autoridades. Condena as conspirações, como se dá com os conjurados mineiros de 1789 e mais ainda com os baianos em 1798³⁸.

35 Armelle Enders. “O Plutarco Brasileiro” – A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado’. In: *Estudos Históricos*, v.14, n. 25. Rio de Janeiro, 2000. p. 1.

36 *Idem*. p. 4.

37 Francisco A. de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1654*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. p. 248.

38 Francisco Iglésias. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 82.

É importante percebermos que este historiador foi influenciado pelas doutrinas raciais que estavam sendo difundidas pela Europa no século XIX. Segundo a doutrina dominante neste tempo, a humanidade era composta de uma única espécie, mas que, apesar disso, apresentava a capacidade de aperfeiçoar-se através de uma evolução realizada numa direção que a conduziria a uma superioridade física e mental sintetizada na “civilização” branca e europeia³⁹. Porém, como aponta Lilia Schwarcz, “ser civilizado” – ou seja, ter a característica do mais alto grau de evolução humana – não é algo que esteja a alcance de todos os seres humanos. E isso fica mais claro quando no início do século XIX é forjado o termo “raça” que, segundo Schwarcz, inaugura “a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”⁴⁰. A partir deste conceito, tanto os atributos de caráter físico, quanto os de personalidade passam a ser entendidos como elementos determinados biologicamente.

Por isso, Varnhagen ao falar dos índios, refere-se a eles como “ferozes assassinos de nosso primeiro bispo”⁴¹. Quanto ao negro, chama-o de “bárbaro aquilombado”⁴². É notório que o historiador Francisco Varnhagen nunca teve simpatia pelo índio, nem pelo negro. Com isso, a questão da miscigenação permaneceu oculta, seja ela racial, étnica ou cultural. Todavia, o historiador, de forma surpreendente, trabalhou com etnografia e linguística americana, contribuindo nos estudos sobre os costumes e crenças dos tupis⁴³.

O historiador Francisco Varnhagen tem uma postura diferenciada em relação a Felipe Camarão, já que reconheceu a importância do índio potiguar nas guerras holandesas e o valorizou, mas não deixou de inferiorizar os outros indígenas, como verificamos abaixo:

Quanto ao Camarão, devemos dizer que ele cumpriu o seu mandato muito além do que se podia esperar. Desde que se apresentou como vencedor, grande número de índios que estavam com o inimigo, com essa fidelidade flutuante comum a todo povo bárbaro, segundo já reconhecia a antiguidade, abandonaram-no e prestaram obediência ao mesmo Camarão, que, com seu auxílio, conseguiu dominar todo o sertão do Norte, chegando até os confins do Ceará⁴⁴.

Essa postura diferenciada é interessantíssima, pois a todo o momento, Varnhagen justifica a exaltação de Camarão, dizendo que este já está “associado à causa da civilização”⁴⁵. Além do mais, mesmo influenciado pelas doutrinas racialistas, o historiador monumentalizou Felipe Camarão, tendo contribuído para a sua consolidação como herói nacional.

[...] o célebre varão índio não deixava de prestar de contínuo aos nossos muito importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses, em todas as capitanias do norte, desde a Bahia até o Ceará. Consta que este chefe era muito bem inclinado, comedido e cortês, e no falar muito grave e

39 Lilia Moritz Schwarcz. “Uma história de “diferenças e desigualdades”. As doutrinas raciais do século XIX”. In: *O espetáculo das raças. Cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-66.

40 *Idem*. p. 47.

41 Iglésias. *Op. cit.*, p. 82.

42 *Idem*. p. 82.

43 *Idem*.

44 Varnhagen. *Op. cit.*, p. 224.

45 *Idem*. p. 248.

formal; e não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho no latim⁴⁶.

Outro aspecto que contribuiu por demais para a consolidação de Felipe Camarão como herói nacional foi o “mito da brasilidade”, espécie de consciência nacional, um tema bastante recorrente da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX. Este mito foi pensado originalmente por Varnhagen, quando, ao analisar as guerras luso-flamengas, referiu-se à união das “três raças”, sendo posteriormente utilizado, de maneiras diferentes, por Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre. Apesar de uma historiografia mais recente já haver contestado a formação de um sentimento nacional durante a restauração pernambucana, este mito gozou de grande popularidade.

Em *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu⁴⁷, Felipe Camarão também é citado de forma enaltecedora, sendo reconhecido pela sua fidelidade à Coroa portuguesa, como podemos verificar: “Entre estes entra logo aparecer com um brilho que irá sempre crescendo Antônio Camarão, chefe potiguar de 28 anos de idade, o mais fiel e precioso dos auxiliares”⁴⁸.

Como foi dito, Capistrano compartilha da ideia da formação de um sentimento nacional, durante a restauração pernambucana, exaltando também a aliança dos grupos étnicos que foram responsáveis pela expulsão dos holandeses, como o fragmento nos indica:

Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamalucos, mulatos, caribocas, mestiços de todas as matizes combateram unânimes pela liberdade divina⁴⁹.

No entanto, devemos perceber que Capistrano de Abreu não seguiu o modelo proposto por Von Martius, ou seja, “a fusão das três raças”, como problemática central da história do Brasil. A bem da verdade, ele não parece ter jamais se interessado por esse problema como núcleo de uma história do Brasil, e os *Capítulos* são muito acanhados no tratamento do tema da miscigenação, transparecendo certo desprezo pelo assunto. Decerto, temos de ter em mente que o autor é um homem do seu tempo, portanto, compartilha das teorias vigentes na época. De fato, as doutrinas raciais do século XIX influenciam por demais as análises do historiador.

Felipe Camarão e o ensino de história

Nos últimos anos, historiadores e antropólogos têm discutido, questionado e ampliado o conceito de identidade, associando-o à ideia de pluralidade cultural e contribuindo para valorizar alguns temas e sujeitos sociais anteriormente negligenciados em nossa historiografia. Estudos sobre negros, índios, populações migrantes e relações de contato entre os grupos mais variados ganham novas dimensões quando analisados à luz das recentes abordagens interdisciplinares da história e da antropologia.

A história cultural constitui o principal ponto de encontro entre as duas disciplinas, campo no qual a fronteira entre elas torna-se tênue ou até desaparece em abordagens interdisciplinares

46 *Idem*. p. 248.

47 Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2003. p. 46.

48 *Idem*. p. 46.

49 *Idem*. p. 55.

que, em nossos dias, tendem a se ampliar e a enriquecer nosso conhecimento sobre os mais diversos povos e suas complexas relações socioculturais. A noção de cultura como produto histórico, dinâmico e flexível conduz a novas abordagens sobre relações de contato que, priorizando as ideias de apropriação e ressignificação cultural, questionam e complexificam o conceito de aculturação⁵⁰.

No século XIX, Varnhagen afirmou sobre os índios: “povos na infância, não há história: há só etnografia”⁵¹. Analisando alguns manuais didáticos da atualidade, mesmo com algum avanço nos estudos sobre indígenas, podemos dizer que o juízo de Varnhagen irrigou a historiografia brasileira. Os índios, na maioria das vezes, têm merecido atenção muito acanhada, aparecendo como atores coadjuvantes, agindo sempre em função dos interesses alheios. Como enfatiza a historiadora Maria Regina Celestino⁵², eles não agiam, apenas reagiam a estímulos externos sempre colocados pelos europeus. Dessa forma os índios são abordados, *grosso modo*, por uma historiografia tradicional que influenciou a produção dos manuais didáticos.

As relações de contato entre os índios e a sociedade Ocidental eram vistas como simples relações de dominação imposta aos índios, de tal forma que não lhes restava margem de manobra alguma a não ser a submissão passiva a um processo de perdas culturais progressivas que os levava à descaracterização e à extinção étnica.

Portanto, a partir de uma nova abordagem sobre a vivência no mundo colonial, permite-se desmontar alguns estereótipos sobre suas relações de aliança e colaboração com os europeus. Os povos indígenas não estavam na América à disposição dos colonizadores, nem com eles colaboraram por ingenuidade ou tolice. Ao contrário, responderam ao contato de acordo com suas próprias motivações, ligadas à dinâmica de suas organizações, que igualmente se modificavam no decorrer do processo histórico⁵³.

Antes de iniciar a pesquisa nos livros didáticos, com o objetivo de perceber como estes se apropriaram do imaginário de Felipe Camarão, já presumia que os manuais o deixaram em uma posição secundária no processo histórico. Esta hipótese era derivada da minha formação escolar, já que nunca tinha sequer escutado o nome de Felipe Camarão e nem visto seu nome em nenhum desses livros.

Essa intuição foi mesmo confirmada com a realização da pesquisa, que decerto, precisa ser ampliada, pois a quantidade de livros analisados é pequena. Mas, de todo modo, funciona como amostragem indicativa da inserção de Felipe Camarão no ensino de história.

Nesta análise, a seleção dos livros didáticos foi baseada na utilização destes nas principais escolas de Niterói, além da importância do autor na historiografia brasileira. Dos quinze livros observados, apenas três citam a participação de Felipe Camarão nas guerras luso-flamengas, ou seja, menos de 30%, demonstrando reviravolta em relação à historiografia “tradicional”, como vimos no item anterior, quando o índio potiguar era sempre mencionado e exaltado.

Dos livros que não mencionam a participação de Camarão nas guerras holandesas, dois me deixaram perplexos. O primeiro, *Nova história crítica* (2002), de Mário Schmidt, um livro que fora bastante utilizado nos ensinos médio e fundamental, e com muitos elogios por parte dos alunos. O segundo, *História geral do Brasil* (1990, 9ª Ed.), organizado por Maria Yedda Linhares, é conhe-

50 Martha Abreu & Rachel Soihet (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 25.

51 *Idem*. p. 27.

52 *Idem*. p. 27.

53 *Idem*. p. 29.

cido entre os alunos da Universidade Federal Fluminense, devido à participação de alguns de seus professores na produção da obra. O livro em questão trata do período holandês de forma muito simples e rápida, causando espanto por ser um volume de 445 páginas.

No entanto, os livros que mencionaram a presença de Felipe Camarão nas guerras holandesas apenas citam a sua participação nas batalhas de Guararapes, mostrando que o índio potiguar teve uma atuação importante para a restauração pernambucana. Os tais livros são: *História do Brasil* (2002), de Boris Fausto, *História do Brasil* (1996), de Nelson Piletti e *História: das cavernas ao terceiro milênio* (2002), de Myriam Becho Mota.

Analisando a bibliografia utilizada pelos autores Bóris Fausto e Myriam Becho Mota, percebemos que estes se influenciam por uma nova historiografia acerca do tema, como podemos comprovar com a utilização dos livros de Evaldo Cabral de Mello, a exemplo de *Rubro veio e Olinda restaurada*. Entretanto, Fausto e Mota não tratam de Felipe Camarão de maneira aprofundada, apenas o mostram agindo de acordo com os interesses dos colonizadores, não inovando quanto às relações de contato interétnicas inerentes à história desta liderança potiguar.

A historiadora Myriam Becho chega mesmo a cometer uma tremenda imprecisão histórica, ao dar a entender que Felipe Camarão participara das duas batalhas de Guararapes, pois se o índio veio a falecer em 1648, não poderia lutar na segunda batalha, deflagrada em fevereiro de 1649. Eis o fragmento do livro que indica a imprecisão:

Posteriormente, os holandeses foram expulsos de Alagoas e Sergipe. As duas batalhas decisivas ocorreram nos Montes Guararapes, Pernambuco. O primeiro combate foi travado em 1648 e o segundo, em fevereiro de 1649. Comandados por Francisco Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias, os luso-brasileiros obtiveram a vitória nas duas ocasiões.

Contudo, pensando acerca do ensino de história, percebemos uma tentativa de avanço nos estudos sobre identidade e pluralidade cultural, através dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estes adotam uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, ou seja, a abordagem da pluralidade cultural é um empreendimento que exige saberes específicos e variados. São destacados como conhecimentos que podem contribuir para o estudo do tema no âmbito da escola: a) o conhecimento de fundamentos éticos; b) conhecimentos jurídicos; c) conhecimentos históricos e geográficos; d) conhecimentos sociológicos; e) conhecimentos antropológicos; f) conhecimentos psicológicos e pedagógicos⁵⁴.

Por fim, devemos entender que não são documentos como os PCNs que irão mudar radicalmente a postura dos professores de história em relação a essas novas abordagens. Mas somente uma integração entre os professores de história e os historiadores, com o objetivo de ultrapassar a simples denúncia do etnocentrismo, ao realizar o trabalho de definir o particular, demarcando as especificidades de cada cultura, e ir além, ao realizar a crítica da cultura de participação ou das identidades sociais que eles mesmos ajudam a construir, recuperando o interesse pelos sistemas de relações que ligam as pessoas: as redes de compromisso, de sociabilidade; as expectativas e laços de reciprocidade; as interações entre indivíduos e grupos, colocando, no centro da análise, o processo social⁵⁵.

Artigo recebido para publicação em 6 de outubro de 2014.

54 *Idem.* p. 67.

55 *Idem.* p. 72.